



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS**

**TRABALHO E TRANSPARENCIA**

**Portaria Nº 04/2022.**

**“Dispõe sobre o processo de dispensa para compras e serviços no âmbito da Câmara Municipal e da outra providencias.”**

O Presidente da Câmara Municipal de Três Ranchos, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e:

**CONSIDERANDO** que o art. 24, inciso I da lei nº 8.666/93, estabelece ser dispensável a licitação para a contratação de obras e serviços de engenharia de valor de 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso I do artigo 23, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviços ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizados conjunta e concomitantemente;

**CONSIDERANDO** que o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, estabelece como dispensável de licitação a realização de compras e serviços diversos de engenharia no valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo 23, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**CONSIDERANDO** que art. 75, inciso I, da nova Lei nº 14.133/ 2021, e decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, atualizando os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos)**, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

**CONSIDERANDO** que art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/ 2021, e decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, atualizando os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é dispensável a licitação, para contratação que envolva valores inferiores a



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS**

**TRABALHO E TRANSPARENCIA**

**RS 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)**, no caso de outros serviços e compras;

**CONSIDERANDO** que art. 75, inciso III, da Lei nº 14.133/ 2021, é dispensável a licitação, para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas; as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

**CONSIDERANDO** que art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/ 2021, é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

**CONSIDERANDO** que art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/ 2021, é dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

**CONSIDERANDO** as necessidades da Administração notadamente em relação a compras de pequenos vultos e contratação de serviços e compras,

**CONSIDERANDO**, a necessidades de padronizar e instrumentalizar os procedimentos de registro e formalização de compras e contratação de serviços os quais é dispensável a realização de licitação na forma das leis cima supramencionados;





**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS**

**TRABALHO E TRANSPARENCIA**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - O registro das compras de bens e contratação de serviços dispensados de licitação deverão ser operacionalizados pelo departamento de compras da câmara, que dentre outras medidas deverá:

I – Obter cotação relativa as solicitações de compras de no mínimo três estabelecimentos, fazendo lançar em registro próprios a data da contratação, o responsável pelo fornecimento do preço, o CNPJ da empresa e os dados para contato com o estabelecimento;

II – Autorizar a compra dos bens, produtos ou serviços de modo a garantir economia para a administração, sem prejuízo da qualidade e segurança dos mesmos;

III – Instruir o processo de dispensa com os seguintes documentos do fornecedor;

a) Se Pessoa Jurídica:

I) – Certidão Ministério do Trabalho;

II) - Certidão Negativa de débitos Federais e INSS;

III)- Certidão de Regularidade do FGTS;

b) Se Pessoa Física:

I) – Certidão Negativa de debito Federal e INSS;

II) – Cópia Documentos de Identidade e CPF;

IV – Os documentos deverão ser solicitados em cópias, devendo uma via do mesmo serem arquivados em relação a cada compra realizada ou serviços prestados, inclusive com cópia da cotação indicada no inciso I deste artigo;

V – Para formalização da ordem de compra e empenho, além da instrução do processo e inserção dos dados no sistema, o setor responsável devera cadastrar o processo de dispensa de licitação indicando o número desta Portaria.

**Art. 2º** - Fica dispensado a licitação para compras de bens e serviços conforme os valores estabelecido nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 9.412/2018,



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS**

**TRABALHO E TRANSPARENCIA**

artigo 75 e incisos da Lei nº 14.133/ 2021;

**Art. 3º** - O Departamento de Compras desta Câmara Municipal, zelara para que não haja fracionamento de compras ou contratação de serviços que possam ser realizados de uma só vez, conjuntos e concomitantemente.

**Art. 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Três Ranchos/Goiás, aos 05 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
**José Carlos Bernardes**  
**Presidente da Câmara**  
**Municipal de Três Ranchos-Go.**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS RANCHOS**

**TRABALHO E TRANSPARENCIA**

**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Esta portaria foi publicada aos 06 dias do mês de janeiro 2023, no placar da Câmara Municipal de Três Ranchos, e no site oficial Câmara Municipal De Três Ranchos, <https://www.camaratresranchos.go.gov.br/>

Três Ranchos, 06 de janeiro de 2023.

Divano Pereira Mundim  
1º secretario